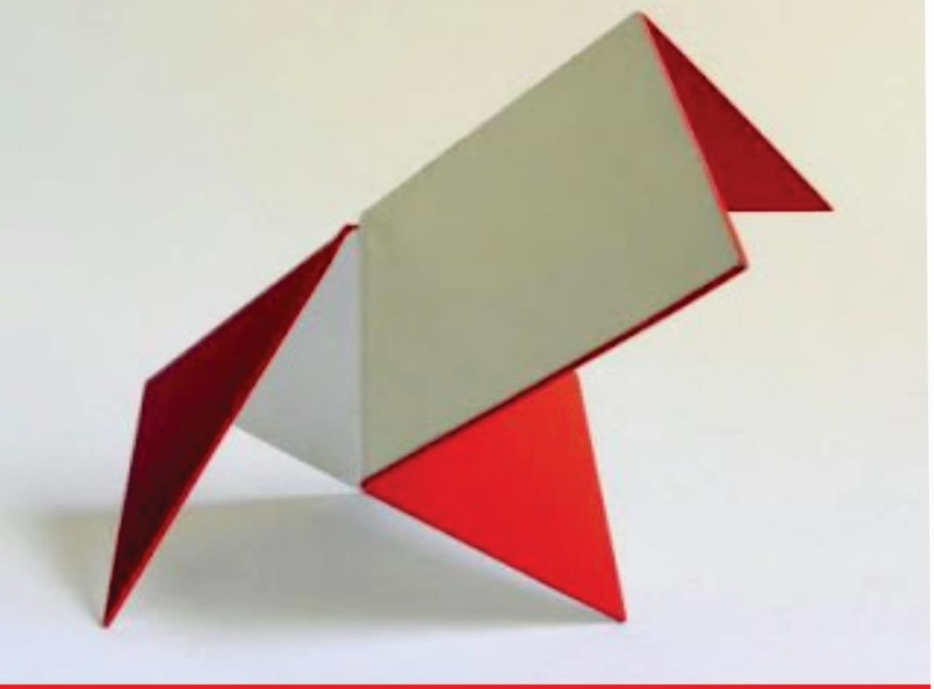


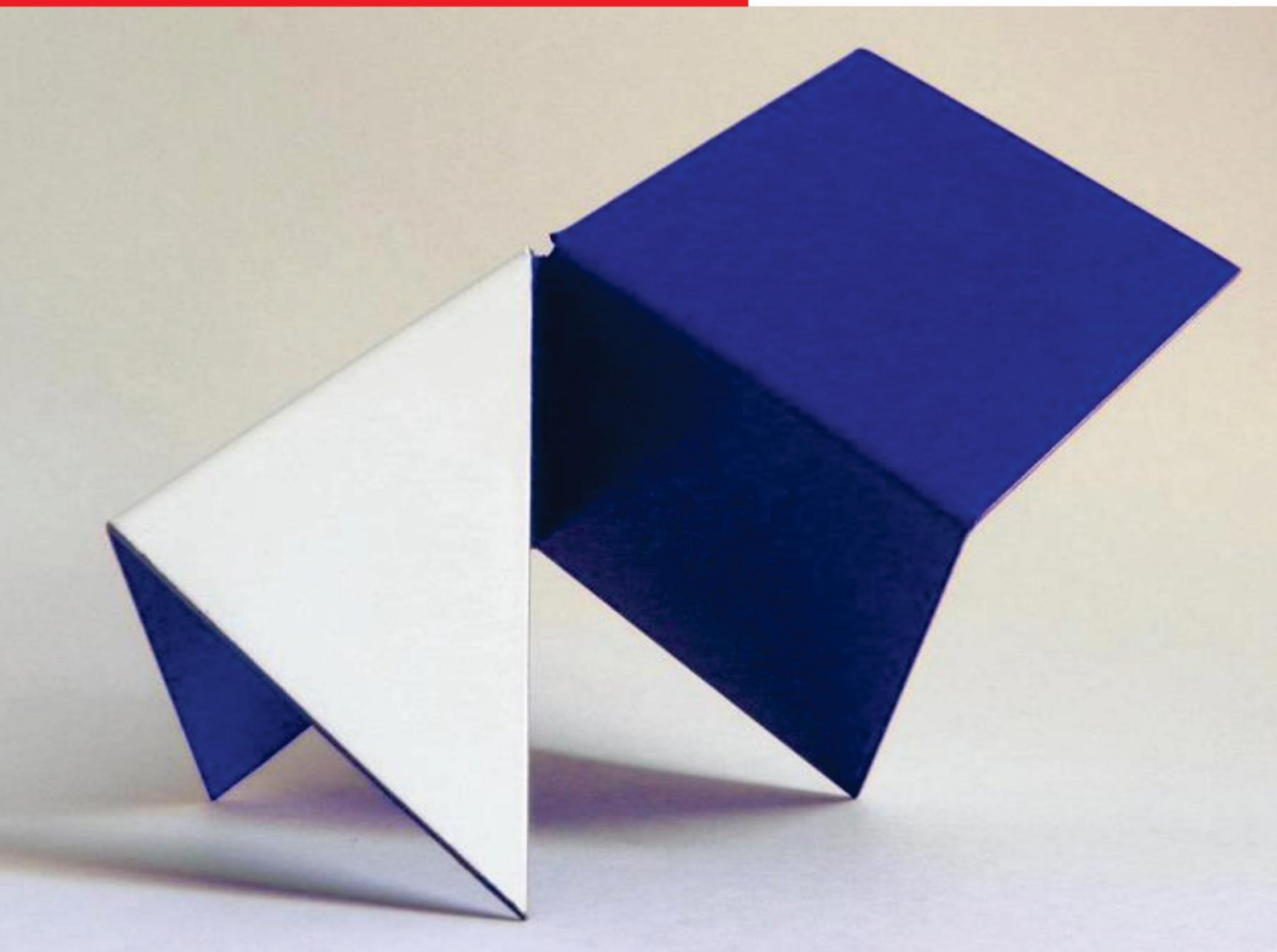
REVISTA

CULTURA, ESTÉTICA & LINGUAGENS

VOL. 04, Nº 01 - MARÇO - 2019

ISSN 2448-1793

NÓS



REMANESCENTES DE SÃO SEBASTIÃO DA GARGANTA: OS ALMEIDA

REMNANTS OF SÃO SEBASTIÃO DA GARGANTA: THE ALMEIDAS

https://doi.org/10.5281/zenodo.5928586

Envio: 24/07/2019 ◆ Aceite: 01/10/2019

Júlia Bueno de Morais Silva

Doutora e professora da UEG no curso de História e UniEVANGÉLICA.

RESUMO

Esta pesquisa teve como plano de observação duas comunidades quilombolas, conhecidas como os Almeida, situada no cenário mais amplo das áreas de mineração em Goiás. Com foco na história das duas comunidades quilombolas, esta pesquisa tem o intuito de identificar os códigos sociais compartilhados coletivamente, as relações sociais de cooperação que ocorrem nas duas comunidades, os valores e os símbolos, com seus e significados partilhados pelos remanescentes na luta pelo reconhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades quilombolas; Identidade; Território.

ABSTRACT

This research had as an observation plan two quilombola communities, known as the Almeida, located in the broader scenario of mining areas in Goiás. Focusing on the history of the two quilombola communities, this research aims to identify the social codes shared collectively, the social relations of cooperation that take place in the two communities, values and symbols, with their meanings shared by those remaining in the struggle for recognition.

KEYWORDS: Quilombola communities; Identity; Territory.

Remanescentes...

1 – LOCALIZAÇÃO

Mapa de Localização da Região dos Almeida
Fonte: Adaptação de André Marques, 2007.

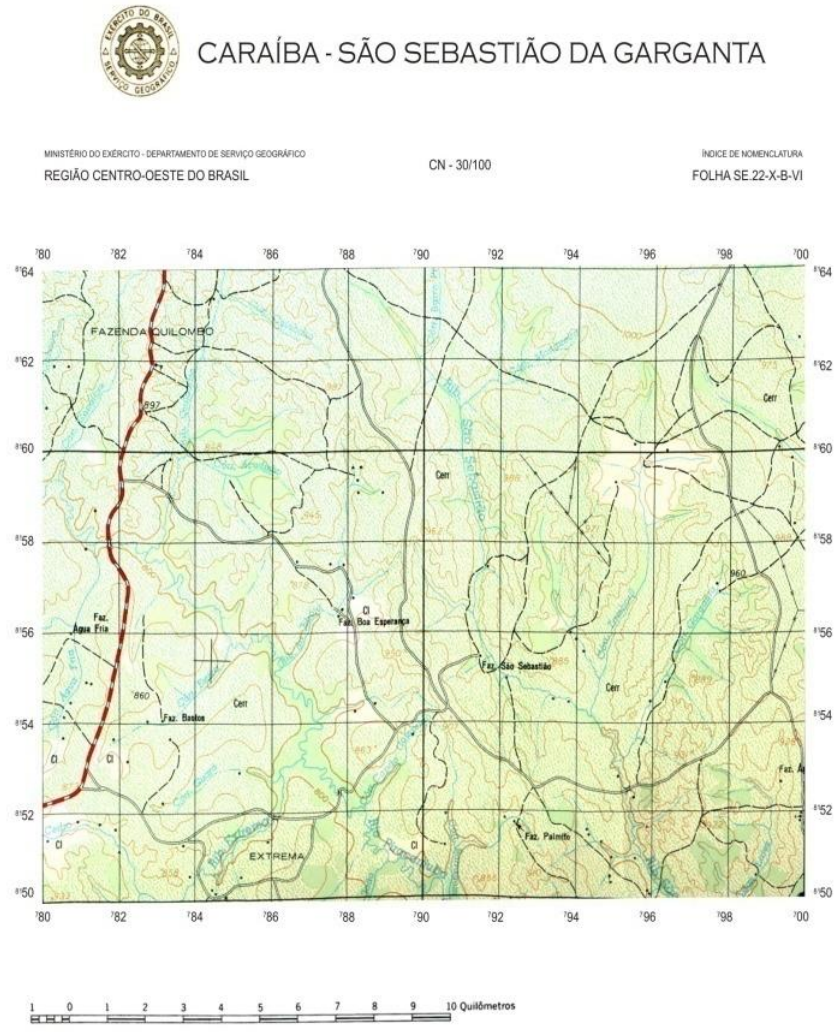
O território de São Sebastião da Garganta[1], área de ocupação dos Almeidas, localiza-se em uma faixa de terra próxima à rodovia GO-010, km 17, do trecho Vianópolis–Luziânia. Dona Rita[2] explica a origem do nome:

[1] Ao longo do texto sobre a região de São Sebastião da Garganta, colocaremos trechos da entrevista feita com de Dona Rita de Almeida Barbosa – 86 anos – em 15/05/2005. Documentador: André Marques. Entrevistadora: Júlia Bueno; Entrevistada 1: Dona Rita de Almeida Barbosa; Entrevistada 2: Dona Carminha, nora de Dona Rita. Local: quintal da casa de Dona Carminha, em São Sebastião da Garganta.

[2] Júlia Bueno: Dona Rita, senhora tá com quantos anos?
Dona Rita: Oitenta e seis.
Júlia Bueno: É Rita de Almeida?
Dona Rita: Baibosa.
Júlia Bueno: Barbosa?
Dona Rita: É.
Júlia Bueno: Rita de Almeida Barbosa.

> São Sebastião da gaiganta é pur causa que: gaiganta é purquê era longe/ é entre mei de duas grota e morava/ tinha muito moradô lá tameim sabe? Aí falô então São Sebastião da gaiganta" pá dividi os dois... lado... e tem o riozim São Sebastião é que ... poco tempo pra cá que o povo tampô a falá São Sebastião da gaiganta mais sempre era lá nos Almeida lá nos almeida... Almeida da gaiganta onde o carro num canta... aonde o carro de boi num canta (Entrevista concedida à autora por Dona Rita em 15/05/2005 no quintal da casa do seu filho Sr. Joaquim, em São Sebastião da Garganta).

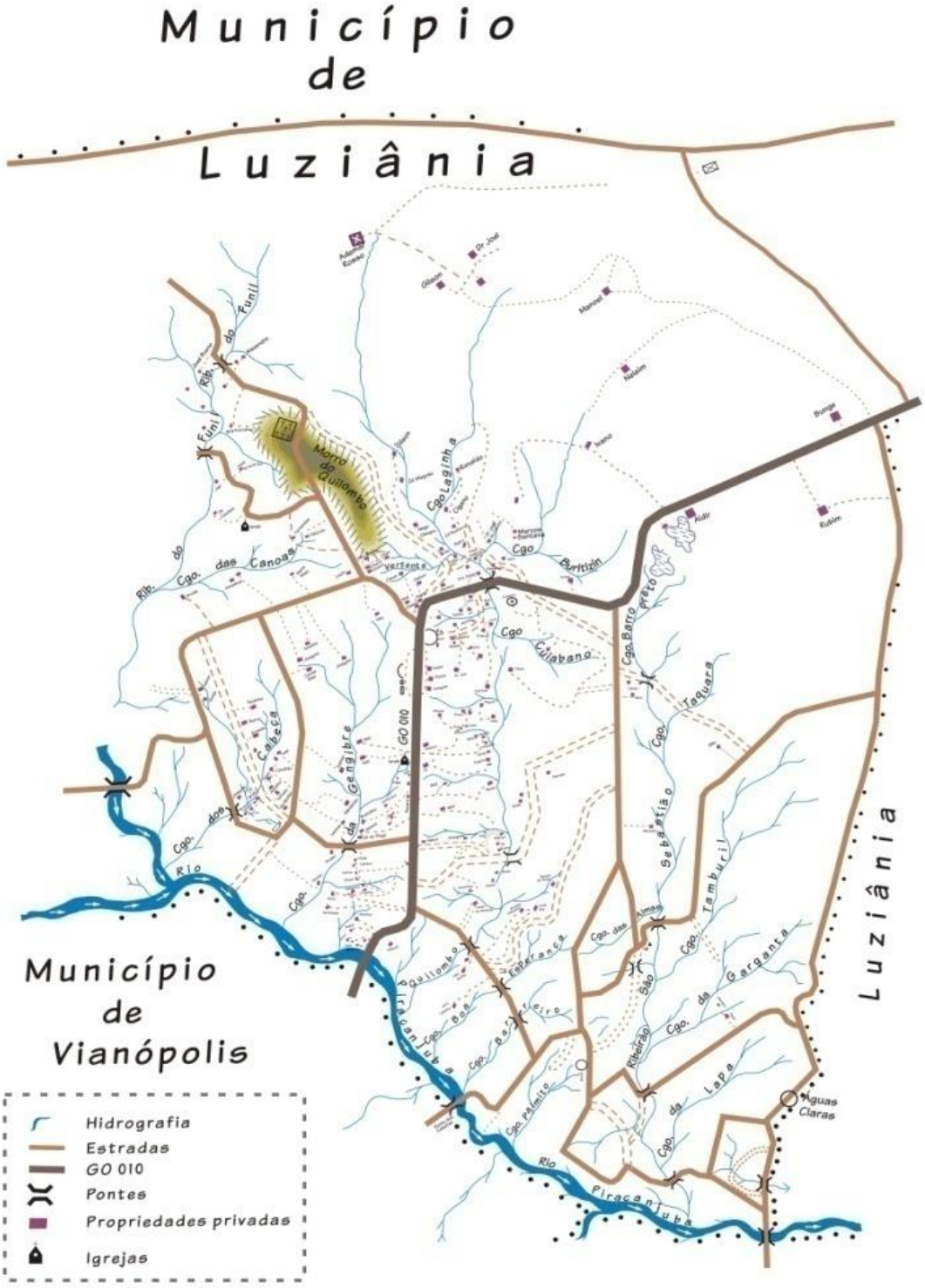
A área de ocupação dos antigos escravos e outros sitiantes se estendia dos dois lados do córrego de São Sebastião, próximo à Mato Grande. Veja o mapa do Exército Brasileiro, adaptado pela autora:



Dona Rita: Pois é... quando ela num chêra cravo chêra rosa (risos)

O primeiro aglomerado dos ex-escravos foi identificado pelas ruínas de algumas casas próximas ao ribeirão de São Sebastião. O cemitério dos pretos, na área chamada Quilombo, continuou sendo utilizado para os enterros das pessoas de São Sebastião, localizando-se à esquerda da rodovia Vianópolis–Luziânia, em uma paisagem de morros cobertos pelas matas de cerrado e distante uns 25 quilômetros do núcleo dos Almeida. Tudo indica que, à medida que a rodovia foi aberta, essas populações foram procurando se refugiar ou esconder-se mais no interior da região. Ali, o relevo acidentado propiciou certo isolamento para os Almeida, uma vez que essas terras eram, até a década de 1970, consideradas impróprias à grande lavoura devido à aridez da terra e da cobertura: o cerrado. Tal estado de coisas favoreceu a permanência da população remanescente dos ex-escravos por várias décadas, possibilitando a sobrevivência e a continuidade dos grupos através do estabelecimento do domínio do cerrado e das relações de trabalho, costumes e tradições. A comunidade parece ter-se iniciado por várias linhas ancestrais de negros, com o mesmo sobrenome de Almeida Barbosa que fixaram-se na região, segundo mencionam os mais velhos (mais de 70 anos) desde a época de seus bisavós. Os netos mais velhos sabem que seus avós tinham nascido no cerrado, o que indica que antes do ano de 1888 eles já viviam ali, é o que afirma (2006).

2 – O TERRITÓRIO



Fonte: Mapa do Quilombo dos Almeida, desenhado no ano de 2008 pelo Sr. Ney, proprietário do Centro de Adaptado, e colorido pela autora Convivência Quilombo.

O mapa é uma visualização da área a partir das fazendas e nomes dos seus proprietários, margeando o córrego São Sebastião da Garganta, na parte inferior do mapa, à esquerda, localizam-se as casas dos Almeida Barbosa, sobrenome que dá nome ao lugar. Esse material serviu de base para que o Exército Brasileiro, na sua divisão de cartografia elaborasse uma carta geográfica da região bem mais detalhada, conforme mostramos acima.

Ao sair da rodovia Vianópolis–Luziânia, G0-010, na altura do quilometro 17 adentramos à esquerda, percorrermos mais ou menos treze quilômetros até a entrada do Assentamento do INCRA[3], parte da antiga fazenda Mato Grande, onde no século XIX moravam muitos sitiantes. No fim do mesmo século, a família Vieira já havia assentado numa área maior, estendendo suas terras até o cerrado. O antigo casarão da família Vieira é a atual sede do assentamento, cercado por quinhentos metros de muro de pedra, construído pelos escravos.

Essas provas materiais demonstram a existência de fazendas dedicadas a lavouras e a criação de gado, onde os escravos foram utilizados como mão de obra não somente na lavoura e na criação de gado, mas também na construção dos casarios e muros de pedras. Vestígios da opulência dos senhores e da exploração do trabalho escravo do séc. XIX, o casarão é hoje a sede do INCRA, Instituto responsável pelo assentamento de 32 famílias, algumas são Almeida, entre eles, a família do senhor Domingos Sebastião e da professora Geni, filha de Luzia Almeida.

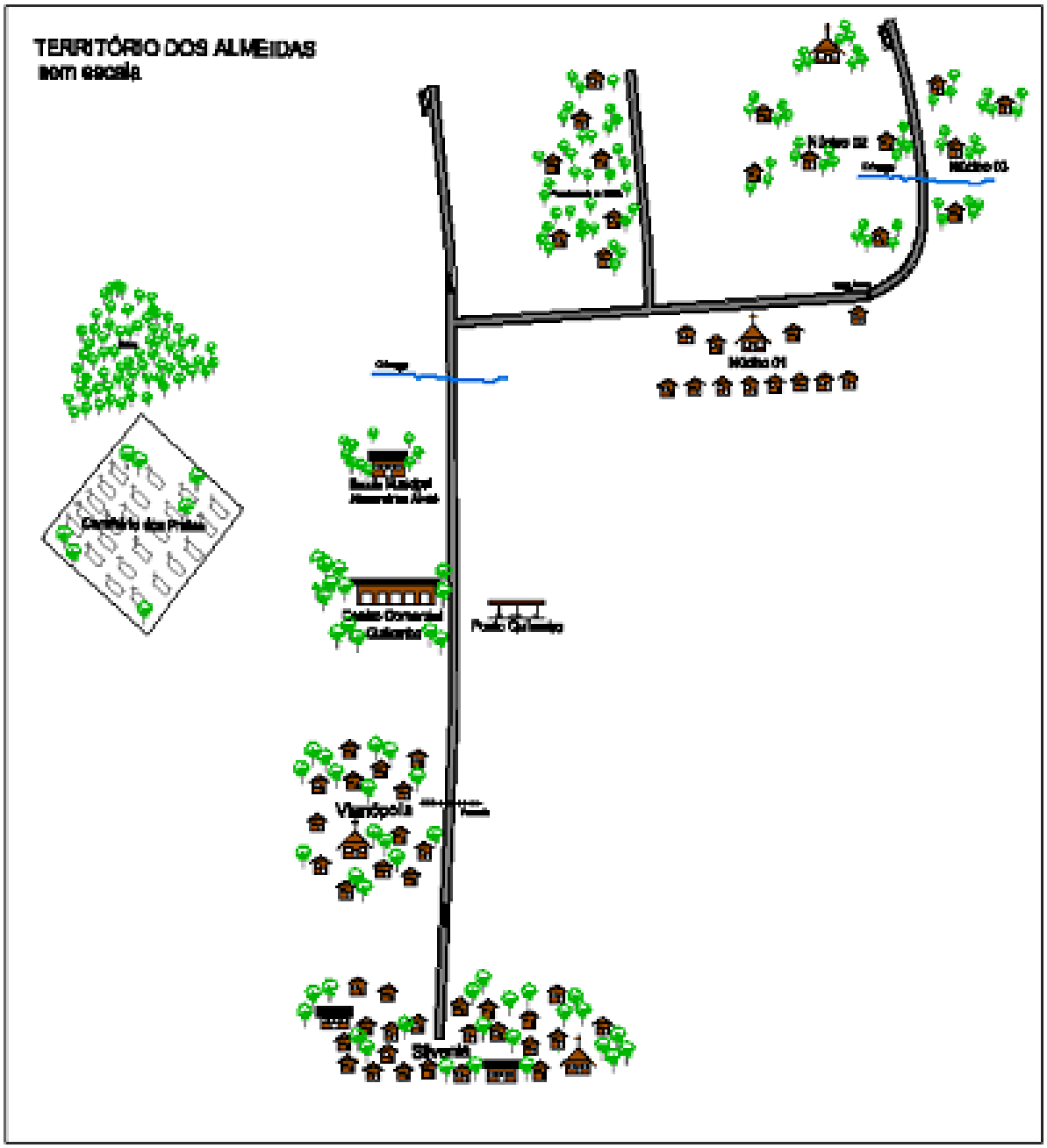
[3] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – SR 04 em 1999, homologou a divisão de 32 lotes na região - PA São Sebastião.

Foto 02- Sede do INCRA no Assentamento São Sebastião.
Arquivo particular da autora - outubro/2009.

Foto 03 - Muros de pedra, construídos pelos escravos, no Assentamento São Sebastião.
Arquivo particular da autora - outubro/2009.

A Certidão de autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares não determina o tamanho da área da Comunidade dos Almeidas, em nossas visitas à comunidade, identificamos três conjuntos de casas e algumas chácaras de 2 a 3 alqueires, sendo estas cercadas pelos latifúndios produtores de soja e criadores de gado.

O croqui da autora mostra a disposição das famílias no território dos Almeida na atualidade.



Para facilitar o reconhecimento do lugar dividiu-se em três núcleos: Núcleo 1: o primeiro a esquerda da estrada, onde está localizada a Igreja de São Sebastião, o posto de saúde e a venda. Um quilômetro à frente, o Núcleo 2, onde residem vinte famílias nas margens direita e esquerda do córrego e que segundo os mais antigos, foi nessas

margens que iniciou-se o povoado. À esquerda desse córrego, por uma estrada bastante sinuosa, a uns dois quilômetros o Núcleo 3, às margens do ribeirão de São Sebastião, onde residem três famílias em suas propriedades, na estrada que vai em direção ao Cruzeiro.

No Núcleo 1, em uma área de um quilometro, de frente para as cercas de arame da fazenda de propriedade do Sr. Marcelo Moraes, encontramos alguns moradores vivendo em casas de alvenaria construídas à direita, à esquerda e ao fundo da Igreja de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida. A igreja marca não somente o espaço, mas também parte da história da comunidade. Segundo os moradores, a igreja começou a ser construída em 1983, quando um grupo de moradores liderados pelo senhor Gripino Almeida Barbosa, já falecido e um dos moradores mais antigos que iniciou a construção da igreja na região. As missas e reuniões de formação, leitura bíblica e catequese para as crianças eram feitas nas salas de aula do grupo escolar, localizado nas terras do senhor Erlindo. Um abaixo assinado com as assinaturas dos moradores foi levado à matriz de Silvânia solicitando a construção de uma igreja no local. Sr. Valdomiro [4]afirma que os próprios moradores furaram a cisterna, levantaram as paredes e com auxílio de todos e a supervisão do padre Pedro, viram a igreja ficar pronta. Denominada Igreja de São Sebastião, devido ao lugar que já era chamado de São Sebastião.

O processo da construção, até a inauguração não foi fácil, segundo os moradores, as dificuldades surgiram quando já haviam assentado o cruzeiro e furado a cisterna, o primeiro doador recuou da doação paralisando a construção da igreja, que somente pode ser retomada quando a senhora D. Maria Floriano Vaz, proprietária de uma fazenda na região doou uma parte de suas terras para a construção da igreja, porém em um outro lugar, o cruzeiro (marco inicial da construção da igreja) foi, então, transferido para o local onde se encontra atualmente, e a igreja foi finalmente construída e inaugurada em 1985. Os primeiros moradores em torno da igreja vieram por determinação do senhor Gripino, que permitiu ao senhor Zeca construir uma casa; depois vieram o casal, Vando e Maria Helena, e outros que haviam migrado da região para à cidade em busca de trabalho na década de 70, mas retornaram na década de 80

[4] Sr. Valdomiro conversou conosco em 2009 na venda do Vando, em São Sebastião da Garganta.

para recomeçar no lugar. No final da década de 80, a igreja católica enviou um agrimensor à região que mediu e dividiu a área em lotes que foram doados a cada morador através de um recibo em seu nome, a maioria com o sobrenome Almeida Barbosa:

> Eu nasci e fui criada aqui, quando casei, fui para Vianópolis, fiquei dois anos lá é quando começou a construção da igreja, eu voltei e ganhei esse lote onde construímos a casa e a venda. Na época só tinha aqui mais uma casa, acolá depois foi chegando os outros; nós não temos documento, não; os padres mandaram medir os terrenos e fez um mapa nos tem o mapa mostrando o terreno de cada um isso foi em 1986[5] (Entrevista concedida à autora pela senhora Maria Helena em 23/03/2006, em São Sebastião da Garganta).

Foto 3: Posto de saúde no território do Almeida
Arquivo pessoal fevereiro de 2009.

[5] Maria Helena filha de D. Cassiana, casada com o Sr. Evandro Contrim Almeida, seu marido foi o primeiro presidente da Associação dos Moradores de São Sebastião da Garganta.

Atualmente, após o reconhecimento como comunidade quilombola residem no núcleo 1, quatorze famílias, num total de quarenta e cinco pessoas, que contam com um Posto de Saúde, uma venda, energia elétrica e água encanada, porém falta-lhes sustentabilidade porque, ainda que tem chegado alguns recursos para o uso coletivo das famílias, tais como um trator que a Associação recebeu em 2007 para auxilia-los na limpeza dos terrenos para o plantio, os trabalhos remunerados são temporários, o que leva os mais jovens a migrarem paras as cidades vizinhas em busca de trabalho fixo. A realidade vivida pelos Almeida, na atualidade é assim analisada:

> O avanço da prática da monocultura da soja na região atinge, violentamente, os Almeida em pelo menos três pontos fundamentais: primeiro, eles perdem, dia após dia, importantes referenciais morfológicos e, por conseguinte, fitoterápicas, devido ao contínuo desmatamento. Segundo, o sistema de monocultura extensiva não permite a coexistência de culturas alternativas, como o algodão, á mandioca, o feijão e o arroz, essenciais á permanência de seu tradicional sistema de produção familiar. Por último, a escassez de ofertas de trabalho, pois o plantio extensivo da soja, elimina uma série de ocupações, consideradas clássicas no meio rural goiano, com o por exemplo: o agregado, o meeiro, o parceiro, o diarista, o carapina (ARAÚJO e CABRERA,2007, p. 35).

Quando perguntamos pelos filhos maiores, os pais respondem: “foram morar na rua”. Ao atingirem a faixa de 16 anos, independente de terminarem ou não o ensino fundamental, oferecido na escola às margens da rodovia na área denominada Quilombo, esses jovens vão para outras cidades em busca de trabalho; a maioria das moças vão trabalhar em casas de família como empregadas domésticas, e, os rapazes, em serviços gerais.

Na fala dos moradores está sempre presente o sentimento de tristeza pela saída dos filhos mais velhos que se mudam para as cidades vizinhas na busca de trabalho ou para dar continuidade aos estudos. Os jovens que trabalham em Silvânia, segundo seus pais, retornam no final de semana; já os que moram em Anápolis, Goiânia ou Luziânia, devido à distância não podem vir todo final de semana e vão-se distanciando cada vez mais da família e do local.

Continuando pela estrada, margeada por fazendas de particulares onde predomina as grandes plantações de soja, indo em direção ao Ribeirão de São Sebastião

da Garganta, encontramos o Núcleo 2, dispersos nas margens do rio e da estrada, habitando em pequenas casas de alvenaria, vivem 24 famílias com sobrenome diversificado: Almeida, Barbosa, Lopes, Abreu, Pires, Vieira e Caixeta. Na sede da fazenda do Sr. Erlindo de Almeida Barbosa (o único dos remanescentes que possui 50 alqueires de terra escrituradas), encontramos um outro muro de pedras construído pelos escravos em torno da casa . Segundo o Sr. Erlindo, ele herdou de seus pais três alqueires e posteriormente, ele requereu, a posse de outras terras que pertenciam aos irmãos falecidos aumentando o tamanho dessa propriedade, através da Lei do Usucapião. O pai do Sr. Erlindo o Sr. Francisco foi o único a escriturar suas terras os demais irmãos recebiam suas terras apenas pela determinação oral e assim foi repassada aos seus descendentes[6].

Foto 04: Muros de Pedra construído pelos escravos na fazenda do Sr. Erlindo Almeida Barbosa, em São Sebastião da Garganta. Arquivo pessoal da pesquisadora, tiradas em fevereiro de 2009.

[6] Usucapião Lei n.º 6969, de 10 de dezembro de 1981, Art.1 Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano possuir como sua por 5 cinco anos ininterruptos, sem oposição área rural continua não excedente de 25 hectares e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir –lhe- á o domínio ,independentemente de justo título e boa fé, podendo requerer ao juiz que assim declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis.

Saindo da propriedade do Sr. Erlindo em direção ao ribeirão de São Sebastião da Garganta na margem direita chega-se ao Núcleo 3, onde vivem seis famílias com sobrenomes Almeida Barbosa e outros. E na margem esquerda do ribeirão vivem outras quatro famílias.

A área de ocupação de cada família varia muito. No núcleo 1, próximo à igreja católica, vivem 14 famílias, em lotes distribuídos em 1 alqueire de terra. No núcleo 2, as propriedades próximas ao ribeirão, variam de tamanho: terrenos de 50 metros de frente por 100 de fundo, terrenos de 5000 mil metros quadrados, terrenos de 1000 metros. Essas pequenas propriedades não possuem escrituras ou documentos de posse. No Núcleo 3, há 3 propriedades em torno de 50 alqueires cada e 3 propriedades menores. Somente as primeiras, que são propriedade do Sr. Erlindo Almeida Barbosa, são documentadas.

Inicialmente, as casas eram construídas de taipa ou blocos de adobe e o telhado de palha, há vestígios dessas primeiras moradias espalhados pelos terrenos; atualmente, as casas são construídas de tijolos, com telhado de amianto e piso de cimento. A passagem das casas de palha para a construção das casas de tijolos é sempre um processo lento e caro para cada família. Com o reconhecimento como Comunidade Quilombola em 2005, aumentou o número de famílias que passaram a receber aposentadoria e cestas básicas. As casas de tijolos foram construídas pelos próprios moradores, que levantam as paredes em um ano, cobrem a casa no ano seguinte. A construção de banheiros e fogões caipiras é feita posteriormente, do lado de fora das casas.

A energia elétrica chegou à comunidade pela rede elétrica de Orizona, em um projeto de expansão do governo estadual, na década de 1990. Junto com a eletricidade, veio também a utilização de aparelhos elétricos e eletrodomésticos, tais como: TV, acompanhada da antena parabólica individual para cada casa, pois, na região, não há antena de retransmissão.

Foto: detalhes rede elétrica e antenas parabólicas Arquivo pessoal da pesquisadora foto de 12/12/2008.

A água que serve ao Núcleo 1 da igreja, é retirada de um posso artesiano, que é canalizado até cada casa. Atualmente, um programa do governo federal "para melhoria nas terras quilombolas" está ampliando a rede de água da comunidade, levando água encanada do posto artesiano para os três núcleos de moradores da comunidade cuja rede está em construção. Áreas até então abandonadas pelo estado, passam a ser objeto de investimentos nos últimos anos, porque os quilombolas, começam a se organizar através da criação de associações. Os Almeida querem maiores investimentos na região, querem telefone público, fábrica de farinha, escola do ensino médio noturno. A prefeitura de Silvania é responsável pelo recebimento e transferência de benefícios federais para a comunidade, que a acusa de nem sempre repassá-los. Os editais lançados pela Fundação Palmares ou pela Secretária Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial podem dar apoio com algum projeto a ser desenvolvido pela comunidade. Mas isso, exige o preenchimento dos formulários on-line ou a elaboração

de projetos e os membros da comunidade sente-se despreparadas para viabilizar essas solicitações, falta-lhes estrutura e orientação para a execução desses projetos. O contato entre a comunidade e os órgãos do governo realiza-se através de visitas esporádicas de alguns funcionários do governo.

Foto: Placa de obras do governo federal no território dos Almeida
Arquivo pessoal da autora, junho/2010

O lugar dos Almeida[7], entendido aqui como soma do espaço territorial com o vivido, está ligado à sede urbana de Silvânia, de onde recebem a orientação da Secretaria da Educação que mantém a escola e o transporte dos alunos da zona rural até as margens da rodovia onde localiza-se a escola; da secretaria da saúde que mantém o posto de saúde local com visitas do médico do Programa Saúde da Família; da igreja matriz Nosso Senhor do Bonfim, que mantém a capela com missas mensais e em ocasiões festivas.

[7] Segundo Carlos, "o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores" (CARLOS, 1996 p. 20).

O contato com outras cidades é bastante facilitado pela posição geográfica em que se encontram: ao se dirigirem a Silvânia, os moradores passam pela rodovia de acesso a Luziânia, Vianópolis, Goiânia, por estarem hoje localizadas entre as fazendas produtoras de leite, soja e carvão, e mais recentemente, a extração de areia nas margens do Ribeirão São Sebastião. O movimento é bastante intenso, seja de carros ou de caminhões que, mesmo com as dificuldades de uma estrada sem pavimentação cheia de pedras e buracos percorrem-na diariamente. Em um dia de semana normal, registramos, em uma hora, a passagem de 3 caminhões carregados de areia e um caminhão de madeira retirada do cerrado, para fabricação de carvão. As consequências para o cerrado dessas atividades que ultrapassam os limites da legislação ambiental brasileira são nefastas.

Desde as primeiras visitas em 2005, presenciei atividades das carvoarias nas margens direita e esquerda da estrada da saída do asfalto até a descida para o córrego, próximo às áreas mais elevadas do terreno. Os fazendeiros vendem ou trocam a madeira do cerrado com os carvoeiros e em troca, recebem o terreno limpo para plantar capim formando pasto para o gado ou para o plantio de soja para exportação.

Perguntamos aos moradores se eles trabalham nas carvoarias; a maioria diz que: *"*não, é tudo gente de fora*"*. Os carvoeiros constroem os fornos de tijolos cortam e queima a madeira, transformando-a em carvão/vegetal e ao final da atividade, de tempo em tempo, mudam de lugar após a derrubada e queima total da lenha retirada do cerrado, os fornos são destruídos deixando apenas os vestígios. A combinação da exploração de areia pelas dragas no ribeirão São Sebastião, o corte das árvores do cerrado seja para transformar em carvão, seja para o plantio de soja ou para a formação de pastos, mudou a paisagem radicalmente, o cerrado tem desaparecido quase por completo. Essas atividades são feitas por pessoas de fora e por novos moradores, cresce a cada dia o número de casas de novos moradores que trabalham nas lavouras de soja, produção de carvão e o plantio de hortaliças para comercialização de tomate, vagem, pepino. Essa nova modalidade de produção é feita nas margens do córrego com a utilização de adubos, fertilizantes para o solo e o uso de agrotóxico no combate as pragas. Este é aplicado até cinco vezes por dia, contaminando o ar, a água, o solo e os

homens que sem nenhuma precaução colocam as bombas com o veneno nas costas e bombeia nas plantas.

Foto: Carvoeiras as margens da estrada
Arquivo pessoal foto tirada em novembro de 2009.

O acesso à comunidade se dá exclusivamente pela estrada sem pavimentação. O ônibus que passa pela comunidade é o escolar, mantido pela prefeitura de Silvânia, que faz o trajeto duas vezes ao dia, buscando e trazendo as crianças para a Escola Municipal Alexandrina Pereira dos Santos. Os deslocamentos dos moradores devem ser realizados de carro próprio, fretado, ou ainda de carona no carro de algum visitante. Algumas das famílias Almeida, na atualidade, possuem carro próprio.

Diferentemente de algumas situações etnográficas descritas por Geertz ou Pritchard[8], cujas dificuldades de interação iniciais no campo com a comunidade estudada são notórias, os Almeida se interagem com o visitante de forma tranquila, porém desconfiada. As pesquisas iniciaram em 2000, sob a coordenação da Dr. Olga Cabrera que relata que todos falavam com tranquilidade sobre a vida na comunidade e

[8] Sobre o estranhamento ao chegar em uma comunidade ver: (GEERTZ, 1989, p. 278-315) e (PRITCHARD, 1978, p. 298-315).

sobre o passado, apenas um assunto os constrangia falar sobre a escravidão, "tempo em que os negros tinha que dividir resto de lavagem com os animais e trabalhar muito" (Entrevista concedida à Dra. Olga por dona Nenê no início das pesquisas, em São Sebastião da Garganta). A comunidade tem sido objeto de estudos de vários pesquisadores após o ano 2000 que são recebidos bem[9], porém, com uma certa desconfiança e sempre perguntam: "Por que vocês estão aqui?"

A Dra. Olga Cabrera conta que após cinco anos de pesquisa, obteve conhecimento sobre as políticas públicas para os remanescentes ela então percorreu as casas convidando os moradores para uma reunião na igreja onde foi lido o documento que orientava a comunidade o passo a passo para o autorreconhecimento como comunidade quilombola. Todos acompanharam a leitura e a discussão que seguia diante de cada dúvida que surgisse, no final todos concordaram que o reconhecimento como comunidade quilombola traria benefícios para a comunidade. O primeiro passo era a escolha de três representantes da comunidade e a criação de uma Associação de Moradores e seu registro na prefeitura de Silvania. De posse do registro, os três representantes, com apoio da equipe dos pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, viajaram a Brasília e junto à Fundação Palmares requereram o reconhecimento como comunidade quilombola, o que aconteceu em 05 de dezembro de 2006, conforme o Anexo 1.

Após início do processo de reconhecimento na Fundação Palmares, a comunidade recebeu visitas de funcionário do Programa Fome Zero, do Governo Federal, que cadastrou inicialmente sessenta famílias para o recebimento de cestas-básicas, que são entregues a cada três meses e chegam até 70 quilos de alimentos por família.

[9] As primeiras visitas iniciaram-se com a equipe do CECAB, dirigido pela Dr Olga Cabrera em 2000; André Marques em 2007 e nos em 2002 a 2010.

Foto: Moradoras do território dos Almeida recebendo cesta–básica.
(D. Divina, Maria da Penha e Luzia). Arquivo pessoal da pesquisadora fevereiro 2009.

A VIDA NO LUGAR

Matos e Salaza (2009) afirmam que a imagem que se tinha do cerrado goiano até a década de 1970, era como um local desabitado, sem presença de relações sociais. Para o Estado, ainda segundo esses autores, o cerrado era visto como uma área pouco ocupada e de baixo valor econômico. Vários projetos do governo foram elaborados para o desenvolvimento econômico dessa área dentro da modernização agrícola:

> No processo de territorialização do capital nas atividades agrícolas do Cerrado, financiado, sobretudo, pelo Estado, foi desconsiderado, de certa forma, a existência dos povos do Cerrado. Os incentivos por meio de financiamentos, programas e infraestruturas eram voltados principalmente para os produtores sulistas que já possuíam tradição e experiência na agricultura moderna. [...] O crescimento econômico chegou ganhando amplitude a cada momento, junto, os agravantes sociais desse processo e os impactos ambientais, ou melhor, a destruição do Cerrado (MATOS e SALAZA, 2009, p. 10).

As lavouras de soja chegaram com os sulistas, que derrubaram o cerrado, corrigiram o solo com calcário e plantaram soja para a exportação em toda a extensão. Os antigos quintais, com pomares e hortaliças, foram substituídos por lavouras que se estendem às margens dos córregos, e com a soja amadurecendo, a visão que se tem é de um mar verde. "Quando a soja é colhida, a imagem é de uma terra desolada, sem nenhuma árvore e só crescem arbustos", descreve Vando ao olhar da porta de sua casa para o horizonte. (Entrevista concedida à autora por Vando, morador do Núcleo 1, em São Sebastião da Garganta – julho de 2009).

As relações sociais, culturais e econômicas da comunidade dos Almeida não diferem das muitas outras comunidades negras rurais de Goiás. As dificuldades em manter a capacidade de autossuficiência são visíveis, devido à degradação ambiental do território, à perda da biodiversidade, o desmatamento que como consequência provocou a diminuição das águas do córrego e sua contaminação.

AS MULHERES DA COMUNIDADE

As relações de gênero que por muitos séculos estiveram enraizadas de forma profunda em nosso cotidiano são relações historicamente e oficialmente construídas, não são processos simples de serem transformados.

> As relações sociais familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres. Obviamente, tal discriminação não existe apenas no espaço-tempo doméstico e é, alias, visível no espaço-tempo da produção ou no espaço-tempo da cidadania (SANTOS, 2001, p. 5).

Os conceitos desenvolvidos por Santos (2001), espaço-tempo-doméstico e espaço-tempo-produção, aplicam-se ao ritmo de vida e trabalho das mulheres na comunidade. Além dos afazeres domésticos como lavar, cozinhar limpar a casa e cuidar dos filhos menores, quase todas executam alguma atividade rentável: Algumas trabalham como domesticas ou como diaristas nas fazendas vizinhas. Outras produzem algum tipo de alimento ou artesanato para vender e completar a renda familiar.

Algumas, como D. Divina, fazem colchas e tapetes de retalhos de tecidos. Dona Divina Maria faz farinha e polvilho da mandioca; Dona Ilaídes fia o algodão para fazer a linha e tece no tear cobertores e mantas que são vendidos nas feiras de Vianópolis e Silvânia.

O nível de escolaridade é baixo entre elas. Quase todas que estão acima de 30 anos, fizeram somente o primário na escola que funcionava na comunidade e algumas são analfabetas. As mais jovens fizeram até o nono ano. Poucos jovens da comunidade que saíram para trabalhar nas cidades próximas e até mesmo em Goiânia, continuaram os estudos.

D. Maria do Carmo Almeida D. Divina Almeida Barbosa D. Ilaides Arebo Araújo

Foto das mulheres da comunidade expondo seus trabalhos artesanais.
Arquivo pessoal fotos tiras em junho de 2007

Essas atividades hoje, predominantemente individuais, feitas por cada uma em suas casas, anteriormente eram atividades coletivas onde se reuniam mulheres mais velhas, jovens casadas e crianças que num esforço conjunto descaroçava o algodão, cardava, fiava e tecia no tear os cortes de tecidos que serviriam como cobertores e para confecção de roupas. Esses momentos são descritos como momentos de trabalho e confraternização onde todas reunidas em um cômodo cantavam enquanto trabalhava modinhas improvisadas a partir dos fatos ocorridos no dia a dia da comunidade. A tecelagem de algodão hoje é uma atividade bastante restrita na comunidade conforme explica D. Divina:

> Inda faço (de veiz em quando) teim um algudãzim ainda... a gente faiz isso aqui na roda ó... É. Aí aqui a gente faiz corte de calça esse dia mêmo eu fiz (vindí dois) (Entrevista concedida à autora por Divina em sua casa em São Sebastião da Garganta – junho de 2006).

Mais que uma necessidade doméstica, embrião da indústria a tecelagem de algodão expandiu-se no Brasil a partir de Minas Gerais. Em Goiás, chegou junto com as levas dos primeiros mineiros que para cá migraram. A antiga prática de plantar o algodão – fiar – tecer – costurar, sempre foi uma prática familiar: cabe ao homem construir o tear, as crianças, meninos e meninas, ajudam a tirar os caroços do algodão e pentear no cardador e as mulheres tecem no tear. Atividade doméstica da tecelagem de algodão fez parte das representações em torno da mulher em Goiás: "Toda moça para casar tem que saber fiar. Uma mulher só tem utilidade se for capaz de tecer as calças do marido" (MIRANDOLA, 1993). Encontramos em algumas casas da comunidade dos Almeida, parte de um tear e alguns instrumentos, como o cardador, somente D. Divina mantém nos fundos de sua casa um tear montado, porém, parte do ano fica desativado, falta-lhe o algodão que há muito deixaram de plantar na comunidade, pois os pequenos lotes de que dispõem, não comportam mais lavouras de algodão. Enquanto prática social essa tecelagem doméstica na comunidade perdeu sua capacidade de agregar as pessoas e também seu caráter de representação da feminilidade.

Responsáveis pelos cuidados com a casa, alimentação dos filhos, as mulheres manifestam as dificuldades de viver no lugar: queixam-se, principalmente, da falta de oportunidades para os filhos trabalharem e estudarem e de atividades remuneradas para elas. Algumas estão inscritas no Programa Renda Cidadã do Governo Estadual. Todas as casas visitadas recebem a cesta do Programa Fome Zero do Governo Federal. Afirmam que é uma ajuda, mas o que elas queriam, realmente, era algo rentável para elas. Em 2009, elas criaram uma Associação de Mulheres Produtoras de Farinha**;** fizeram cursos e treinamentos oferecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, e aguardam a construção de uma fábrica de farinha na comunidade. Na maioria das casas há presença de crianças, são os netos, deixados por suas mães com os avôs, para trabalharem nas cidades vizinhas.

Reconhecem-se como quilombolas e questionam a prefeitura de Silvânia, o Governo Estadual e o Federal. Segundo elas, todos aparecem na época de eleição, fazem mil promessas para os quilombolas e depois que passa a eleição somem todos. A insatisfação é geral com os políticos, porém, gostam de escolher os candidatos através do voto, "a cada eleição renova as esperanças" (Entrevista concedida à autora por Dona Ilaides Arebo de Araújo, em sua casa em São Sebastião da Garganta, em 15/11/2009).

FESTAS/CELEBRAÇÕES/RELIGIÃO:

As reuniões festivas existentes entre os Almeida não diferem de outras práticas do campesinato goiano: folia de reis, mutirão-traição, festas aos santos de devoção aparecem como manifestações que sempre estiveram presentes, segundo Dona Rita de Almeida Barbosa. A introdução de instrumentos como bumbo, atabaques, caixas os ritmos das danças em círculos demonstram a diversificação dessas manifestações. É uma característica humana recriar e inventar seu próprio cotidiano nas suas muitas "artes de fazer", lembrando Certeau, que afirma ainda que "o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada" (CERTEAU, 1994, p. 38). Para conhecer essas performances coletivas é necessário vasculhar, pela oralidade as lembranças de quem viveu a época quando essas práticas ocorriam com frequência.

Bloch (2001) assevera que "tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele". Sendo assim, devemos dar atenção à memória como parte de uma reconstrução do vivido, ainda que rudimentar e incompleta, como experiência pessoal e coletiva. Os trechos da entrevista com Dona Rita nos permitem reconhecer nas práticas do mutirão ou traição/treição o fortalecimento das relações sociais da comunidade. Dona Rita narra como aconteciam essas práticas:

> Dava... treição... chegava cantadô de noite né? Ficava cantando batendo caxa "tututu tututu tututu" (risos) ... um pôco... os dono da casa... e loguim tava pulano tudo no chão né... saino da cama e fuguete subino... era bão... era só o encontro... um rebentava e êvai o ôtro no rabo (risos)... e no... de fuguete. Dançava. Dançava muito forró de noite... E de dia trabaiva. Ora... era a treição né? Pois é ... de dia tinha o serviço. Tinha e de noite o baile travez (risos). Aí de dia ia limpá um

> rego... batê um pasto? É ... batê pa e roçá um trevo ... até ni roça mêmo ia uma hora capinava ôta hora ota roçá né? ... tudo fazia ... tinha o serviço do dia e de noite dançá forró.

Mutirão, traição/treição são práticas cuja definição é bastante simples, isto é, uma ajuda para o desempenho das atividades cotidianas, que se tornam especiais pelo número de indivíduos envolvidos ou pela forma que assume, são soluções para o problema de escassez de mão-de-obra, constituindo também, oportunidade e possibilidade da população reafirmar pública e socialmente os laços de amizade e compadrio, podem também ser observados aspectos ligados ao lazer. A traição difere do mutirão por sua característica peculiar de surpresa. Trata-se de uma prática em que uma pessoa amiga que trai a outra, convocando os vizinhos para fazerem o trabalho de um parente ou de um amigo necessitado do serviço mas que não pode pagar por ele.

No mutirão a pessoa necessitada de fazer um serviço como limpar um rego, consertar uma cerca chama os vizinhos para ajudá-lo, na traição/treição a cooperação nasce do impulso dos vizinhos, parentes e amigos que se prontificam a ajudar. Os preparativos são feitos às escondidas do necessitado do trabalho, que é pego de surpresa: altas horas da noite é acordado com foguetórios e cantorias pelos que organizaram a traição. O chamativo é a recompensa para todos e a alegria dos momentos de trabalho conjunto, e o forró no final do dia onde a dança misturada às bebidas e comidas servidas fartamente permitem uma aproximação maior, reforçando laços de amizades, vizinhaças e namoros.

As relações de favores são constantes na vida da comunidade quilombola, há um apelo ao favor quando todos se manifestam em, ajudar a alguém porque um dia foi ou poderá ser ajudado. Identificado desde o século XIX, e presente em quase todos os estados brasileiros, Recua, (2007) identifica alguns pontos comuns nos diferentes mutirões que ocorrem no interior do país e que segundo ele “fortalece a questão ritualística”, do mesmo:

> 1. O motivo é sempre o mesmo – necessidade de colheita, ou limpeza de um terreno; 2. O ajuntamento união dos trabalhadores; 3. Modo de execução – traição ou adjutório; 4. Farra ou algazarra na chegada do grupo; 5. O trabalho executado durante o dia; 6. As canções;7. A festa que acontecia sobre qualquer circunstância (RÉDUA, 2007, p. 141).

Durante o forró ou o baile, no rancho, na porta da casa, se apresentava também o grupo de catira, formado somente por homens. É uma dança ritmada pelo som produzido pela batida conjunta dos pés no assoalho e batida das mãos. Dona Rita rememora essas festas da sua juventude:

> Ora... E era muito... Tocá sanfona... Só puquê num go... é... O povo num num foi criado... dançano dancinha não, né?... Era catira. Catira. É dos catira. Tinha muito por aqui... Muito era muito mêmo... Inquanto os home dançava as moça jogava frô no chão, era bom dimais!

A memória narrada por Dona Rita traz práticas vivenciadas por ela desde a infância, as festas, danças, as relações de amizade fazem parte de suas lembranças. Aos 86 anos as mudanças nas danças, nas músicas e na convivência são percebidas pela informante que fala do passado com saudade. Na comparação com o hoje o passado é visto sempre como "*tempo melhor"*. Há uma idealização tempo de mais fartura, saúde e alegria. As novas formas de trabalho, de produção, a nova organização do espaço e a saída de muitas famílias em direção a cidade, deixaram o saudosismo daqueles que entusiasmados participaram dos mutirões, das catiras dos forrós e ficaram apenas seus testemunhos como registro de suas memórias.

No templo católico, quando o padre vem de Silvania ou Vianopolis celebra-se missas mensais, batizados e casamentos. Várias práticas de manifestação de fé a Deus e a São Sebastião são reproduzidas por todos.

> Quando fica muito tempo sem chover, desde que eu era criança minha mãe, minha avó fazia isso: ajuntava todo mundo e ia até ao cruzeiro, colocava água numas garrafas e ia à procissão até o cruzeiro, lá despejava a água na cruz e rezava a São Sebastião pedindo chuva. Ia todo mundo: homem, mulher, meninos. Eles faziam isso e fazem até hoje, e, a fé deles, vocês não acreditam, mas é a fé deles[10].

[10] Fala de Geni Almeida Abreu, 2007, na época diretora da escola Alexandrina. Moradora do assentamento do INCRA. Converteu-se em uma religião evangélica e abandonou as práticas da igreja católica.

Geni, nascida e criada na região, explica sobre os santos de devoção na região e para os quais são feitas as orações e celebrações:

> Faz-se oração para São Bento por causa das cobras, lá tem muitas cobras... se você for sair à noite, você pede pro senhor de São Bento ir a frente pra te proteger das cobras... e, para Santa Bárbara, é por causa dos ventos lá eles têm um negócio de colocar prato no terreiro quando está armando muita chuva e pedi pra Santa Bárbara que cesse o vento. Não sei se é a fé deles, mas, um dia eu tava lá, aí veio a chuva forte e minha mãe fez isso e a chuva ficou mais branda, não sei se era fé dela... As novenas, principalmente na quaresma, tem a reza das almas, mas não pode sair para rezar em número ímpar só par; se, no caso, meu marido quisesse ir, não podia ir só um, tinha que ir os dois, eles rezam a madrugada toda, vão passando de casa em casa... (Entrevista concedida à Dra. Olga, por Geni na escola em 2007).

Além do templo católico, atualmente existem, próximos ao ribeirão, dois templos da igreja evangélica Assembleia de Deus, e, no assentamento, também há um templo da igreja evangélica, o que demonstra mudanças no comportamento das manifestações religiosas. As folias de São Sebastião, diferente do tempo narrado por Dona Rita, vêm diminuindo tanto na participação dos moradores como na frequência "tem ano que não tem a folia" (trecho da entrevista de Dona Rita, em junho 2007). Alguns afirmam que dá muito trabalho para organizar a folia que sai em procissão levando a bandeira de São Sebastião e percorrendo todas as casas, colhendo donativos para o último dia de oração e da festa. Outros afirmam que hoje são poucos os que se dedicam a organizar e fazer a folia. Nos Almeida, a folia saia da porta da Igreja com a bandeira de São Sebastião, símbolo maior de toda e qualquer folia, de cor vermelha, com o desenho da imagem do santo ao centro e fitas verdes, vermelhas e brancas nas laterais, percorrem todas as casas e fazendas até o cruzeiro antigo, distante uns 5 km, depois retornam e fazem o fechamento da folia com rezas e a entrega da bandeira na Igreja. As transformações podem ser vistas nas fotos cedidas pela senhora Maria Helena Almeida.

Foto: D. Helena recebendo a Bandeira do Divino pai Eterno no território dos Almeida.
Foto arquivo pessoal de D. Helena.

Foto: O enfileiramento para apresentação de todos cavalheiros.
Arquivo D. Maria Helena Barbosa.

Foto: O fim do Giro da Folia de Reis. Arquivo D. Helena Barbosa

O percurso da folia agora é feito à cavalo ou de carro. Na chegada da folia, quem recebeu, o chefe da folia daquele ano, a bandeira do Divino foi a senhora Maria Helena, fato inusitado, pois na folia participam os homens, a as mulheres ficam apenas com a obrigação de organizar o espaço e as comidas. Dona Rita narra em meio a muitos risos e alegria como era, no seu tempo de moça, as folias de reis nos Almeida:

> Eh trem bão era um poso de fulia. Xi. Uái girava o dia daí à noite ía dançá. É... catira. Dava a cumida pos pião. Dava a janta e dava o café de biscoito de noite... É de noite. E as lata de doce eh... eu já fui dimais. No ôto dia tinha o aimoço dos fulião. Saía girano o dia. Aí reunia todo mundo numa fazenda. É a vizinhança intera. Aí era quarenta cavalero trinta cavalero. Ele saía ca bandera e os ôto atrais. Bateno caxa heim. É... cas caxa chegava naquele lugá... discia pidia esmola cantava se a gente quisesse que cantava eles cantava se num quisesse também só manda eles embora. [...] queria dançá o catira de dião né? Nas casa de quem falava pá cantá. Reza o terço também... assim de dia até quais num juntava ninguém não... pois é... puquê de dia ês ficava girano ia nas casa tudo... aí se o dono da casa pidisse um catirão ora... é... era "tuc tutuc tuc"... (risos) (interferência) (...) hoje eu quero... hoje eu quero hum... A catira ela é batida no pé e é cantada também né? e na mão. Tudo aqui era cantado. Ma a catira era só os home né? Saía duma casa e ía prá ôtra... as veiz naqueza que... a veiz naqueza casa que eles já tivesse passado... Enquanto eles passava nas ôta juntava na casa que ... ía batê o catira. É bom demais tudo é alegria. É... tudo é alegria. É a riqueza mió que Deus dá prá nóis é dá saúde e amizade... uma amizade e a saúde é a riqueza que Deus deu prá nóis mais... satisfeito... eu graças a deus eu tô dessa idade... nunca eu encontrei uma pessoa que... que eu trocasse fala... de briga não.

Todas as modificações ocorridas nas festas e celebrações da comunidade remetem aquilo que Hobsbawm e Ranger (1984) conceituam como "tradição inventada'' identificada como práticas de rituais ou simbólicas com o objetivo de inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição. A continuidade das festas/celebrações entre os Almeida, ainda modificado na forma, remete ao sentimento de coesão, de pertencimento da comunidade ao território socializado.

TRATAMENTOS DE SAÚDE POPULAR:
O USO PLANTAS DO CERRADO ENTRE OS ALMEIDA:

Entre as tradições que sofreram modificações na comunidade dos Almeida destaca-se o uso de plantas medicinais, esses conhecimentos tradicionais possuem uma dinâmica própria, tratada por estudiosos do tema como saberes ancestrais, orientados por uma cosmovisão particular, que nascem em coletividades onde a oralidade é o principal veículo de transmissão, passado de geração a geração e cujo lócus privilegiado é a vida pratica onde tais saberes perpetuam-se, transformam-se e são inovados (DIEGUES, 1993).

O conhecimento e uso de plantas do cerrado não é apenas para fins de cura também passa estabilidade da saúde: muitos tomam as garrafadas preparadas por Dona Divina não porque estão doentes, mas sim para manterem a saúde. O rico conhecimento das plantas do cerrado pelos moradores da comunidade chamou a atenção da Dra. Olga Cabrera que após exaustiva pesquisa, organizou esses conhecimentos em um livro[11] onde estão catalogadas as plantas do cerrado e seu uso medicinal, junto à descrição de cada planta e seu uso. Os informantes permitem "aproximar de sua realidade histórica, pela via das relações que estabelecem com o bioma Cerrado" nas palavras de Alexandre

[11] O livro Comunidade Negra no cerrado – narrativas de curas e remédios foi editado pelo CECAB-Goiânia em 2007. Organizado pela Dra. Olga Cabrera, o livro tem a participação de outros pesquisadores.

Martins Araújo, que participou da pesquisa e assina um dos capítulos do livro. Mais que remédios a descrição desses conhecimentos nos aproxima da história desse povo que não está documentada mas se constitui na memória viva dos moradores mais antigos:

> Meu pai que gostava dimais dessas coisa... meu pai já feiz muito remédio pros ôto, ontem mesmo nois teve cunversando com a Geralda lá em baxo, ela falo assim: e quantas veizes seu pai num dormia de fazê remédio... Aí meu pai tinha fôia de argudão, príncipe, essas coiserada meu pai num faizia remédio sem nun sê queimando não, por isso que eu gosto fé fazê meus remediozin queimando nu melzin, sabe? Meu pai foi enterrado no Quilombo e minha mãe foi sepultada em Silvânia (Trecho da entrevista de D. Divina, *In*: CABRERA & ARAÚJO, 2007, p. 125).
>
> Aprendi cum a minha mãe ... Minha mãe era uma muié que eu vô falá para sinhora... ela era uma assistente, pra oiá muié, para ganhá nenén... Ela que insinô ele a fazê esse trem, qui ele tinha uma irmã, que tava cum peila quais virano lepra... Cum esse remédio eu curei uma irmã minha... Não, ela nunca me disse que insinô prela. Eu aprendi quéla, qui eu fui num campo quéla, pegá esses remédio, pra curá minha irmã, né aí eu aprendi quéla (Trecho da entrevista do Sr. Cotrim. *In*: CABRERA & ARAÚJO, 2007, p. 125).

Os conhecimentos sobre as plantas do cerrado, sua identificação e como transformá-las em remédios são conhecimentos particulares do grupo caracterizados pela transmissão oral, ainda quando migram para cidade eles são incorporados às práticas do dia-a-dia. Esses conhecimentos, ainda migrando para a cidade, são incorporados às suas práticas:

> Ah! Meu marido sabe fazê essas garrafadas desses trem, tanta raiz que ele junta. Lá em Vianópolis tem um médico lá, ele é dentista; dentista famoso mesmo. Cê conhece ele né Maria? O Aerovaldo. Ele tem uma fia que ela saiu uns forunquim nela mesmo... Ele riviro Goiânia tudo! Aí nun sei quem que conto para ele, que meu marido sabe fazê as garrafadas, sabe? Ele bateu lá em casa lá em Vianópis... Aí ele falô: "Ô Zarico, eu trouxe a Carolina procê oiá ela, esses trem dela, ocê fazê pra mim... eu pago ocê, pro ce faizê os remédios pra mim e vendê os remédios para mim''. Ele fêis dois litro de remédio pra ela. Ó! A menina alisô, que virô uma peila que ce precisa de vê! É muita raiz que ele põe! É ...é muito trem que ele põe, pra fazê esses remédio (Trecho da entrevista da senhora Neila. *In:* CABRERA & ARAÚJO, 2007, p. 125).

O uso medicamentoso das plantas do cerrado representa um domínio sobre o meio, um conhecimento único e especial. Quando iniciou o Programa Saúde da Família, implantado na região em 2007, com a criação de um posto de saúde, no Núcleo 1, próxima à igreja católica, e com as visitas mensais do médico e enfermeiras do programa, as práticas tradicionais de atividades como as das parteiras e raizeiras passaram a ser questionadas, diferente de outras regiões onde as parteiras e raizeiras foram convidadas a incorporarem seus saberes aos saberes médicos, transformando-se em agentes de saúde local[12]. Na comunidade dos Almeida, todos os que visitam o médico são orientados a abandonarem os remédios caseiros feitos com plantas, são considerados ineficazes e anti-higiênicos:

> Aqui ninguém toma remédio do mato não e nem sabe fazê, a enfermeira disse que se misturá os remédios deles com as pranta faiz mal e não pode mais recebê os remédio deles pra tudo, pressão (Entrevista de Juliana Almeida Barbosa concedida à autora, em novembro de 2008, na sua casa em São Sebastião da Garganta).

A resistência ao uso dos remédios caseiros se deve às mudanças de comportamento da comunidade provocada pela presença do médico no posto de saúde – ir a consulta com doutor é um atrativo para muitos. Nos dias de atendimento encontramos pessoas dos três núcleos aguardando por uma consulta no posto, pessoas que haviam chegado muito cedo para pegar uma senha para a consulta. O médico tem um limite de 6 a 10 consultas por cada visita, e há ainda pessoas que andaram muito a pé para chegar ao posto. Outro motivo de mudança de comportamento é a presença da religião evangélica, como tínhamos comentado antes. A conversão à nova religião trouxe mudanças na prática de benzimento e no uso das plantas medicinais. A coleta das plantas e o preparo representa um ato de fé feito sob o poder das orações e para os evangélicos essas práticas são consideradas bruxarias e os convertidos devem abandoná-las.

[12] Esse foi o caso do povoado do Moinho, estudado por ATTUCH, 2006.

Outro empecilho à continuidade dessas práticas é o fato do cerrado que cobria toda a região ter sido transformado em lavoura de soja e pastagens para gado. Na década de 1990 houve uma intensificação dessas atividades, aliada a esse fenômeno observamos a presença de carvoeiras e dragas de extração de areia no córrego São Sebastião. As árvores e frutos do cerrado tão utilizados pelos raizeiros, restringem–se hoje, às plantas no fundo do quintal ou nas hortas caseiras. Muitas das plantas catalogadas pela Dra. Olga Cabrera em 2000-2005 não existem mais na região, soma-se a isso o fato desses conhecimentos estarem se perdendo com a morte dos mais velhos como D. Rita, D. Cassiana, D. Elisa (Neném), ademais, o desinteresse dos mais jovens em aprender a reconhecer, coletar e transformar as plantas do cerrado em remédios. Os Almeida são formados por quarenta grupos familiares que vivem na região, a partir da terceira geração formada por Dona Rita, Dona Cassiana, Dona Elisa e o Sr. Erlindo, todos já falecidos e que relataram sua infância na região na companhia de seus pais e avós. A quarta geração é formada pelos filhos desses, a quinta geração pelos seus netos e a sexta geração pelos bisnetos. Da primeira geração pouco se sabe. O Sr. Erlindo contava em entrevista que sua bisavó, Dona Olália Borges, seria proprietária de muitas terras na região. Dona Cassiana falava de sua avó Rosa. A ascendência inicial, também no caso de dona Elisa (Neném Caixeta), é uma mulher.

Essas famílias resultaram do encontro espontâneo entre sujeitos, na maioria ex-escravos que, ao final da mineração ocorrida na região no final do século XVIII, estabeleceram-se naquela área, distante dos centros urbanos de Silvânia, antiga Bonfim, e do povoado de Cruzeiro de Águas Claras.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas – tradições e cultura da resistência**. São Paulo: AORI Comunicação, 2006.

BAIOCCHI, Maride Nasaré. **Negros de Cedro**: **estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática,1983 (Ensaios: 97).

BONNAL,P; ZOBY, J. L. F.; SANTOS, N. dos; GASTAL, M.L; XAVIER,J.H V; SOUZA, G.L.C. de ;PEREIRA, E; PANIAGO JUNIOR, E; SOUZA, J. B. de. **Modernização da agricultura camponesa e estratégia dos produtores**: Projeto Silvânia, Estado de Goiás, Brasil. Planaltina: EMBRAPA-CPAC,1994. 24p. (EMPRAPA-CPAC.; Documentos 55).

BORGES, Humberto Borges. **História de Silvânia**. Goiânia: Cerne, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Festa Santo Preto**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985.

_____. **Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás**. Goiânia, Editora Universidade de Brasília,1977.

CANCLINI, Néstor Garcia**. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** tradução Heloísa Peszza Cintrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. [Ensaios Latino-americanos ,1]

CARRIL, Lurdes. **Terras de Negros**: **Herança de quilombos**. São Paulo Scipione, 1997. (Ponto de Apoio).

CARVALHO, José Jorge. (org) **Histórias,Tradições, Lutas. O Quilombo do Rio das Rãs.** Salvador-Ba.:EDUFBA,1995.

DOLES & PRUDENTE 1992 - **Memória da ocupação e colonização de Goiás a primeira metade do século XIX**. Goiânia: a visão dos europeus. Ciências humanas em Revista-História, (Goiânia) v. 3 , n 1.o. jan /dez. 1992.

FONSECA,Maria Nazareth Soares(org). **Brasil Afro-Brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: **formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 31º ed. – Rio de Janeiro,1996.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niteroi: EdUFF. São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, Stuart. **Da Diáspora - Identidades e Mediações Culturais**. Organização.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade - tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. 3º. Rio de Janeiro DP&A, 1999.**

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Traduzido por Patric Burglin. 2.Belo Horizonte: Ed UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetória para liberdade**: escravos libertos na capitania de Goiás. Goiânia: UFG,2009.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2004.

MACHADO, Márcia Cristina. **Inventário lexical de Porto Leocárdio**. Goiânia, 2005. 127f. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Goiás.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na capitania de Goiás, 1736-1808**, Lisboa, 2005. Dissertação de Doutorado. Universidade de Lisboa.

MOURA, Clóvis. Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001**.**

MOURA, GLÓRIA. **Quilombos Contemporâneos no Brasil**. In CHAVES, Rita; SECCO; Carmen; MACEDO, Tânia. (orgs.) Brasil África – como se fosse mentira. São Paulo: Ed. UNESP,2006.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África, Revista USP**. São Paulo, nº 8 dezembro/janeiro/fevereiro 95-96, p. 57.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil** – identidade nacional versus identidade negra. 3º,Belo Horizonte :Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, André Marques. **A variação na expressão do dativo em variedades linguísticas rurais goianas**. Goiânia, 179 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás.

RÉDUA,Wagner César . **Mutirão do Triangulo Mineiro**: trabalho, música, alegria e festa no mundo rural. Caderno de pesquisa do CDHIS- n.36/37 – ano 20 –p133-142,2007.

ROSENDAHL, Zeny & CORREA, Roberto Lobato. **Manifestações da Cultura no Espaço.** Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999 (Série Geografia Cultural).

SILVA, Martiniano José. **Sombras do quilombo**. Goiânia: Ed. Barão de Itararé,1974.

_____. **Quilombos o Brasil Central**: **Violência e Resistência Escrava**. Goiânia: Kelps, 2003.

SOUZA, Candice Vidal e. **A Pátria Geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Ed da UFG, 1997.

SOUZA. Álvaro José de, (org.) **Paisagem, território, região**: **em busca da identidade**. Cascável: EDUNIOESTE, 2000.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A questão étnico-racial no brasil: respeito à diversidade e desafio construção e consolidação de direitos.** Apresentado ao Encontro Nacional CFESS/CRESS em Natal – RN, em 04/09/2007.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. 1 ed. São Paulo: Difel, 1983.

VISGOTSKY, Lev. **El desarrollo de los procesos psicológicos superiores**. Barcelona, Grijalbo1979.

VISGOTSKY, Lev. **Pensamento y lenguaje. Buenos Aires**: La Pléyade,1977.

WOODWARD, Kathry. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.